

sobre tudo

PROFISSÃO OFÍCIO DE PROFESSOR

Karen Christine Rechia¹

Jorge Larrosa²

O livro *P de Professor* é um diálogo entre dois professores.³ Tem como base o semestre letivo no qual acompanhei o professor Jorge Larrosa em suas aulas no curso de Educação Social na Universidade de Barcelona.⁴

Num certo momento pensamos que eu poderia escrever algo que desse um pouco de sentido a esta experiência, uma espécie de artigo, de ensaio, algo assim. Então, a partir das anotações de meu caderno, certas coisas foram tomando forma. O caderno

¹ Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora de História do Colégio de Aplicação da UFSC. Coordenadora do Grupo de pesquisa *Elogio da Escola*. Contato: krechia@gmail.com.

² Pós-doutorado em Educação. Professor da Universidade de Barcelona.

³ LARROSA, Jorge & RECHIA, Karen C. **P de Professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 532 p.

⁴ De fevereiro a maio de 2015, acompanhei e colaborei em quatro disciplinas ministradas pelo professor Larrosa. Tal experiência foi possível graças ao apoio dos colegas da disciplina de História do Colégio de Aplicação da UFSC.

funcionava como este laboratório. Tentativas de anotar e classificar tanto o conteúdo das aulas como a sua composição, o jeito do professor e suas palavras, além das conversas durante a semana. Nas palavras de Larrosa:

Nessas conversações Karen fazia perguntas e exigia justificações. Seus comentários, às vezes aparentemente ingênuos, às vezes tremendamente incisivos, me obrigavam a explicitar critérios, a dar razões e, em definitiva, a pensar em coisas sobre as quais nunca havia pensado. Digamos que me tornou consciente de minha forma de ser professor, de minha maneira de habitar o ofício, como eu nunca antes havia feito. Pouco a pouco foi emergindo uma personagem, o Jorge Larrosa professor, cujas características eram cada vez mais nítidas. (LARROSA, J. & RECHIA, K. 2018, pp. 11-12.)

A forma como fui construindo meu caderno e entendendo minha posição, lentamente esvaziou um possível caráter de entrevistadora que pudesse assumir. Ao mesmo tempo este trabalho foi adquirindo sentido para mim como professora, olhando e registrando alguém que tinha o mesmo ofício que eu. Portanto, este dicionário tem algo de conversa entre professores, de alguém que chama o outro para jogar um certo jogo.

É relevante destacar que chegamos à forma dicionário, posto que decidimos que o diálogo seria em torno de algumas palavras que se adensavam nas anotações do caderno. Um dicionário comporta um alfabeto, que é, portanto, uma forma bem escolar de ensinar a ler e a escrever. Como contém palavras e suas

definições, sempre em ordem alfabética, pensamos que poderia, para além de um conteúdo, expressar uma forma.

Explicando melhor: ainda que elas estejam misturadas pela ordem alfabética, há três tipos de palavras no *P de professor*. O primeiro grupo está formado pelo que chamamos de não-palavras, isto é, pelas palavras que o professor não usa ou não deveria usar para falar do seu ofício, posto que são palavras que fazem parte de uma certa colonização da linguagem pedagógica. Essas não-palavras são aluno, aprendizagem, qualidade, comunicação, informação, pesquisa, metodologia, objetivos, profissionalismo e utilidade. O segundo grupo de palavras é referente aos modos de fazer, ao ofício de professor. E o terceiro grupo, formado por palavras referentes às disciplinas ministradas pelo professor Larrosa naquele momento, no primeiro semestre de 2015.⁵

Por fim, é importante e imprescindível dizer, que Jorge Larrosa é um reconhecido filósofo da educação e autor de inúmeros livros e escritos que se situam entre a filosofia, a literatura, o cinema e a educação. Portanto, ao se mostrar como professor, sem nada de extraordinário, além da corajosa exposição, nos dá a ver que o escritor é feito da matéria-prima deste professor, das maneiras, dos gestos deste, que generosamente me deixou acompanhá-lo.⁶

⁵ O dicionário tem sentido por si mesmo, no entanto pode ser lido junto a outro livro de Larrosa, lançado no mesmo ano pela Autêntica, intitulado **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor.

⁶ Desde 2015 Jorge Larrosa tem realizado palestras e formações no Colégio de Aplicação/UFSC. Em 11 de setembro de 2018, realizou uma

Artefatos

Karen.

Ao ler esta palavra lembrei-me do meu avô. Um homem de muitos ofícios e de muitas ferramentas. Recordo dos vários lugares em que as via: na marcenaria, na fábrica, no escritório, no porão. Porque para cada conjunto de ferramentas, havia o seu lugar. E era dali que elas operavam, sempre através das mãos do avô, em cada um dos ofícios aos quais ele se dedicava.

Esta evocação tem o sentido de colocar que cada ofício tem sua “caixa de ferramentas”, seus artefatos, que não podem ser dissociados de seus modos de fazer. E que por certo vais definir esta palavra na relação com a docência.

Jorge.

No mundo antigo do artesanato, cada ofício tinha suas ferramentas. No filme *O filho*, dos irmãos Dardenne, que vimos em uma das disciplinas, Francis se convertia em aprendiz de carpinteiro no momento em que Oliver lhe entregava seu metro e sua roupa de trabalho, e lhe ajudava a fazer uma caixa de ferramentas. Quiçá, o que define um ofício seja o conhecimento dos materiais e o bom uso das ferramentas. E tudo isso feito com

jornada nesta instituição, juntamente com o professor belga Jan Masschelein, denominada *Elogio na escola*. Neste dia, no período matutino, apresentamos e debatemos algumas palavras do **P de Professor**. Este evento inseriu-se no interior de um conjunto de atividades intitulada *Elogio da Escola* que acontecem desde 2016. Mais informações no site <https://www.elogiodaescola.com/>.

medida, com o sentido justo da medida, da proporcionalidade, do que é adequado.

Os artefatos do professor são as ferramentas, os instrumentos, as tecnologias de seu ofício. O que antes eram chamados de “materiais escolares” e agora, em um empobrecimento evidente, “recursos didáticos” ou “tecnologias para o ensino e aprendizagem”. Essa mudança de palavras dá conta de como o que poderíamos chamar as artes de educar foram colonizadas, standardizadas e homogeneizadas pelas didáticas, porque foram formatadas desde o ponto de vista do rendimento e da avaliação, e estão sendo colonizadas pelas tecnologias da informação e comunicação, instrumentos que estão transformando de maneira acelerada, e de um jeito geralmente acrítico, não apenas os modos de fazer, mas também a estrutura própria dos espaços e os tempos educativos.

Pessoalmente, prefiro a palavra “artefato” porque está menos carregada. A palavra “instrumento” está contaminada pela razão instrumental. “Tecnologia” está muito contaminada da ideologia tecnológica (todas as épocas e todas as culturas tiveram tecnologias, mas somente a nossa está configurada pelas ideologias tecnológicas, apenas a nossa se pensa a si mesmo tecnologicamente). “Ferramenta” está relacionada com os processos de produção e de fabricação (e talvez o ofício do professor não seja um ofício produtivo). Artefato, contudo, é uma palavra menos familiar e tem a ver com as artes de fazer, com o artífice e com o artifício, com o artificial também, e com as artimanhas, com o artesanato. Sempre gostei bastante da expressão “artes da pesca” com a que os pescadores nomeiam o

conjunto das ferramentas de seu ofício, as coisas que utilizam para pescar. Quem sabe os artefatos do ofício de professor também seriam suas artes, as artes do professor, as coisas que usa para seu ofício, seus artefatos, suas artimanhas, seus modos de fazer, seus engenhos (não no sentido de que seja o professor um engenheiro, alguém que engenha para fazer as coisas que tem de fazer).

O primeiro e fundamental de meus artefatos é a sala de aula. Para mim, a sala de aula é fundamental porque constitui um espaço público, porque permite separar tempos e espaços e porque é, ou pode ser, uma cápsula atencional.

Também são artefatos essenciais os objetos que há na parede frontal da sala de aula: o quadro para escrever, a tela para projetar. Somente projeto na tela filmes ou fragmentos de filmes, fotografias, algum quadro. Nunca projeto palavras, nunca uso *power-point*. As palavras, na minha aula, ter que ser ditas. E ditas, absolutamente, significa ditadas. Como dizia María Zambrano em uma frase que usei de pretexto para um artigo: “A sala de aula é um lugar da voz onde se vai aprender de ouvido”. E isso não tem nada a ver com essa “única boca que fala” e essas “muitas mãos que escrevem” com as que Nietzsche descreveu a máquina universitária. As palavras, em minhas aulas, são ditas em voz alta ou escritas publicamente (no quadro, nos cadernos... ver a palavra “exposição” neste dicionário).

Em minha aula sempre se trata de ler. Às vezes um texto escrito, outras imagens em movimento. Os textos e os filmes que uso em minhas aulas são meus materiais de trabalho. E são também a materialidade com a qual trato de fazer presente o assunto de cada uma das disciplinas. Ao dossiê de textos e filmes

de cada disciplina o chamo, às vezes, meu caderno de partituras. Porque em minhas aulas nunca se trata de mim (de minhas ideias, de minhas posições, do que eu sei ou do que eu penso), mas de meus materiais. E são esses materiais os que são interpretados em cada aula. É preciso tornar as imagens visíveis, fazer com que os textos sejam legíveis, é preciso fazer com que soem, preciso comentar os textos, relacioná-los com outros textos, com imagens, fazer com que ressoem com experiências vitais, torná-los presentes, dar os textos à leitura. De alguma maneira, o que conforma o caráter ou a singularidade de uma matéria é a seleção de textos que a compõem. Assim, se produz ao longo do curso uma espécie de “interpretação coletiva”, como se os textos fossem partituras e a aula a sala de concertos em que são interpretadas.

Também poderiam ser considerados artefatos aqueles com os quais faço trabalhar os alunos: os cadernos de classe, os cadernos de campo, os comentários de texto, os exercícios, as listas de palavras, os protocolos e os registros das saídas de campo. E as tutorias nas quais tu trabalhaste, esses espaços permanentes de conversação que tua presença permitiu abrir.

Acredito que para compreender a um professor é preciso perguntar-se quais artefatos usa e quais não usa, porque o faz e o que mobiliza com esses artefatos. Que é o que dar a ver, escutar, ler, escrever, pensar, e que é o que eles invisibilizam ou silenciam. Todavia, os artefatos do professor muitas vezes se tornam invisíveis, sobretudo desde perspectivas que entendem o ofício de professor como intercâmbio intelectual, mas desprovido de materialidade. E acredito que uma das coisas boas do tempo

em que me acompanhaste em meus cursos é, precisamente, o fato de ter me sensibilizado, com tuas perguntas e observações, sobre o caráter material e gestual de meu trabalho, e ao fato de que são precisamente essa materialidade e essa gestualidade que tornam singular (como acontece com qualquer artesão: que realiza um ofício como todos os demais, mas, em simultâneo, de uma maneira única e pessoal, com umas ferramentas que ele maneja de um modo especial, com suas próprias mãos e com seus próprios modos).

Matéria

Karen.

Na palavra “assunto”, a tônica foi fazer com que você o diferenciasse de matéria, mas, ao mesmo tempo, fazê-lo dizer por que o assunto se desdobra em matéria. Aqui poderíamos iniciar por certa distinção ou similitude entre duas palavras. Na língua portuguesa, “matéria” é sinônimo de “disciplina” e, ao que me consta, na língua espanhola também. No entanto, “disciplina”, do mesmo modo, se refere a normas, regras, comportamento e há um verbete só dela neste dicionário. De sua parte, há uma preferência pelo uso da palavra “matéria”?

Jorge.

A palavra “matéria” é sinônimo de “disciplina” e também, em espanhol, como já comentamos, de “atribuição”. De atribuição tem o fato de ser atribuída (e não eleita): os estudantes podem eleger uma disciplina, no caso de ser optativa, mas é o professor

que atribui tanto os textos que poderiam desenvolvê-la quanto as tarefas a serem realizadas (os textos que têm que ler e os exercícios que têm que fazer). Na disciplina em que o assunto era a pobreza, quando anunciei que iríamos tratá-lo através de uma série de textos e de filmes, houve alguns estudantes que se dirigiram a mim perguntando-me se podiam sugerir filmes para ver em classe. Minha resposta, naturalmente, foi que não, que o texto quem decide e quem atribui é o professor, que essa é sua prerrogativa mas também, sobretudo, sua responsabilidade.

De atribuição tem também o fato de ser marcada ou assinada: uma disciplina leva a assinatura de quem a desenhou, montou, preparou, inventou, daí seu caráter artesanal, daí que seja inseparável do professor que a ministra. Na primeira aula, disse claramente que as pessoas que estavam ali eram alunos dessa disciplina mas também, indissociavelmente, alunos desse professor. Porque é o professor quem atribui e quem assina a disciplina. E de atribuição tem também, talvez, o fato de que aponta para algo, assinala para algo, chama a atenção ou dirige a atenção ou faz sinais para algo, em direção ao que é seu assunto (como já disse na palavra correspondente).

De disciplina tem o fato de que os alunos se submetem à disciplina que implica. De fato, seguir uma matéria, ou cursar uma matéria, supõe submeter-se a uma série de regras (às vezes corporais e mentais) e, sobretudo, realizar uma série de tarefas, de exercícios. Aos estudantes se chamava discípulos não porque fossem seguidores de um mestre, mas porque se submetiam à sua disciplina. E a disciplina, ainda que a imponha o professor, é derivada das características específicas da matéria.

Mas eu prefiro a palavra “matéria” porque sublinha o fato de ser constituída por uma materialidade, geralmente de caráter textual. Uma matéria é uma matéria de estudo e de exercício. Quer dizer, uma materialidade sobre a qual ou em relação à qual se realiza o estudo e sobre a qual ou em relação à qual se fazem os exercícios.

E o professor é quem dá a matéria (por isso seu fazer é uma doação, ou um oferecimento, ou uma entrega), ou o que ministra a matéria (não a divide ou a compartilha, mas a ministra), ou o que a impõe ou a expõe (no sentido em que seu fazer a põe ou a expõe em cima da mesa), ou o que a leciona (na medida em que a converte em *lectio*, em matéria de leitura pública... enquanto a lê e a dá a ler).

Karen.

Transcrevo um trecho do livro *Em defesa da Escola*:

A escola não é um campo de treinamento para aprendizes, mas o lugar onde ‘algo’ (tal como um texto, um motor, um método particular de carpintaria) realmente se torna separado de seu próprio uso e, portanto, também se torna separado da função e significado que ligam aquele algo à família e à sociedade. É esse trazer para o jogo. Esse ‘transformar algo em matéria de estudos’, que é necessário, a fim de se aprofundar em alguma coisa como um objeto de prática e de estudo.

A escola é então um lugar no qual separamos “algo” de sua função social ou familiar, numa espécie de profanação, segundo seus autores, e, portanto, conferimos a ela (à escola) uma distinção em relação a outros espaços. Este “algo” que ali é separado deverá se tornar matéria, ou seja, destaca-se de seu uso comum e transforma-se em outra coisa. Você poderia exemplificar esta, digamos, “operação” de transformar “algo” em objeto de estudos em suas “matérias”?

Jorge.

A citação diferencia aprendizagem de estudo. Na escola (e na universidade como um tipo de escola), não há aprendizes mas estudantes. A escola não é lugar de treinamento, mas de estudo. Num curso, portanto, não há competências a serem treinadas, não há conteúdos a serem aprendidos, mas há matérias a serem estudadas. No nível em que trabalho, há muitas disciplinas que têm a ver com a profissionalização. Lá se trata de treinar profissionais, de desenvolver competências profissionais. Aí há aprendizes de educadores que realizam sua aprendizagem com educadores experientes. Mas mesmo lá essa “aprendizagem” se realiza com certa separação do campo profissional. Se faz na universidade, numa sala de aula, e não em um lugar de trabalho. De alguma maneira, o que se faz é “brincar de ser educador”.

Mas as disciplinas que eu ministro não têm a ver diretamente com a formação profissional mas com a formação básica. Não se trata tanto do saber-fazer como do saber-saber. Não se desenvolvem competências, mas transmitem-se saberes. O que acontece é que minha maneira de fazer as coisas não tem a ver

somente, principalmente, com o saber, mas com o pensar (desenvolverei isso na palavra “pensamento”). E isso é como dar outra reviravolta. Nas aulas, o estudo não está orientado à apropriação do saber. Meus alunos não poderiam dizer “já sei o que o professor pretende que eu saiba”. Além disso, os textos e os filmes que seleciono não funcionam como transmissores de um saber. Se dão a ler de outro modo. Em meus cursos, estudar é ler, ler duas vezes, ler atentamente, dar conta e dar-se conta do que se leu, sublinhar textos, justificar os sublinhados, entrar em diálogo com outros leitores, esse tipo de coisa. O que meus alunos poderiam dizer é “já fiz o que o professor me pediu que fizesse”. Estudar é fazer coisas com o texto. E todas elas têm a ver, me parece, com praticar o pensamento, com exercitar-se no pensamento. Mas isso, em minhas aulas, somente se pode fazer em relação a um texto, a uma materialidade textual. Daí “matéria de estudo”.

Ofício

Karen.

O professor é o que guia a atenção, a mantém, a verifica. Isto parece remeter a uma artesanaria, um modo de fazer – visto que rechaça a ideia de uma metodologia. Este modo, por sua vez, também remete às condições que compõem um ofício. Neste sentido, em que a docência se vincula a um ofício?

Jorge.

Para desenvolver um pouco isso da profissão e do ofício pus

alguns livros sobre a mesa. Sou professor e não posso argumentar sem bibliografia, ou sem me referir à bibliografia. O primeiro desses livros é de Agamben, chama-se *Opus Dei. Arqueología del oficio*, e ainda que seu tema nominal seja o ofício como designação da práxis litúrgica da igreja (essa que nos permite dizer que o sacerdote ministra (“oficia”) a missa, o que nos permite falar dos ofícios da Sexta-Feira Santa), traz também outros elementos interessantes.

Em primeiro lugar, a dupla etimologia da palavra: de *opificium* (o trabalho executado por um artesão – *opifex* – em sua oficina) e *de efficere* (a ação eficaz realizada por alguém em função de sua condição). E algo dessa dupla natureza está nas minhas maneiras de entender isso ??o ofício de professor: algo que tem a ver com a “artesanaria” (arte do artesanato) e com a realização de uma obra, e algo que tem a ver com uma condição e com a realização justa e adequada dessa condição. Neste último sentido, o ofício é o que faz com que alguém se comporte de um modo consequente com aquilo que é. O ofício do professor, portanto, consiste em ser um verdadeiro professor, um professor de “verdade”, alguém que merece ser chamado de professor, isso que o constitui e o institui como professor, isso que faz um professor no exercício mesmo de ser professor. Deste ponto de vista, o ofício supõe uma inseparabilidade entre o que se faz e o que se é. E por isso, disse Agamben, o ofício “*não pode ser transgredido, mas tão somente ser falsificado*”. Quer dizer que o que existe, o que ressalta, são os falsos professores, professores de mentira, professores que se dizem professores e que parecem professores porém que não o são. E

que, às vezes, para ser um verdadeiro professor não resta outra saída que não cumprir as normas que se sobrepõem ao ofício e que, nesta nossa época, que nos toca viver, falsificam-no. O que está acontecendo é que cada vez há menos gente que seja capaz de perceber a diferença, de distinguir, entre um verdadeiro professor e um professor de mentira. E muito menos, os alunos.

Em segundo lugar, a concepção do ofício como a potência, ou a capacidade, ou a faculdade, de atuar. E a implementação dessa potência, sua passagem ao ato, não depende de outra coisa que do hábito, da héxis, do costume, ou ethos, do que poderíamos chamar de um saber fazer incorporado, encarnado. Neste sentido, o ofício é o passo do ser ao atuar e do atuar ao ser. O professor, defendendo aquilo que é, se converte em professor, ao atuar como professor, e só pode atuar ou exercer ou atuar como professor enquanto é professor. Por isso, como também disse Agamben, o ofício *“somente consiste na operação pela qual se realiza e é independente da qualidade do sujeito que o celebra”*. Ou seja, o que mais vale é um mau professor que seja realmente um professor do que um falso professor, isto é, um professor que, ainda que fazendo bem o que se pede, não atue ou não trabalhe ou não exerça ou não *“oficie”* como professor.

Terceiro, a relação do ofício com a devoção e com o dever. Segundo o uso antigo (tanto pagão quanto cristão) de *devotio*, exercer um ofício é entregar-se e submeter-se a ele. Contudo também é respeitá-lo no que é, em sua qualidade ou em sua natureza própria. E isso é particularmente interessante porque o respeito é uma virtude intrínseca à pessoa e não é o mesmo que a obediência a uma norma. O respeito ao ofício, portanto, não

tem uma definição normativa, mas existencial. Por último, exercer um ofício é cumprir com os deveres que se traz consigo. E esses deveres são internos ao ofício, constitutivos do ofício, e não exteriores a ele. São deveres, poderíamos dizer, existenciais e, portanto, não opressores, não coativos???

Para desenvolver o que entendo como devoção, citarei uma confissão d do personagem varão frágil, do programa Limbo (palavra deste dicionário), em que diz mais ou menos assim: “que neste verão fez ele um curso intensivo de saxofone, e que neste curso aprendeu duas coisas. A primeira, que depois de 30 anos tocando o saxofone ainda não sabe nada. A segunda, que seguirá tocando o saxofone como quando rezava de pequeno, com devoção”.

Para falar do respeito direi algo que li em alguma parte, não me lembro onde (algo que seguramente já disse em outro lugar porém, como bom aragonês, não tenho mais que um par de ideias e repito sempre as mesmas piadas), que tem a ver com essa tão antiquada reivindicação de um trabalho digno e não ao aspirar, como se diz agora, a uma ocupação de qualidade: “Aspiro a um trabalho que me respeite, e ao qual eu possa respeitar”.

E para o dever, citarei as últimas linhas de um texto em um professor chamado Miguel Morey, outro dos poucos amigos com que posso falar do ofício. Ele justificava assim sua decisão de abandonar a Universidade:

Conheço poucas alegrias mais intensas que as de aprender e alcançar???? a descobrir o modo para que alguém aprenda seja acessível aos demais, inclusive agora [...]. No momento de assinar minha solicitação de

aposentadoria, minha vocação permanecia intacta. Não deixei meu lugar vacante na universidade porque acreditasse que havia morrido ou porque viesse a chegar tempos de uma pós-universidade na que não podia nem queria seguir participando, não: assinei minha aposentadoria porque, no espaço que desenhava a barbárie que vem, já não parecia haver ocasião para cumprir devidamente com o que sempre entendi que era meu dever: ensinar.

O segundo livro que tenho sobre a mesa é de Derrida, chama *A Universidade sem condição*, e seu tema nominal é o significado de uma universidade soberana, independente de qualquer poder, que apela, incondicionalmente e sem limite algum, à liberdade de questionamentos e ao direito de publicar tudo o que concerne ao saber e à verdade. Neste texto Derrida abre a questão das diferenças e as relações entre o trabalho, o ofício e a profissão. O trabalho está ligado à dignidade, à produção, à liberdade ainda que, apesar das suas conotações cristãs, está ligado também ao sofrimento, à obrigação, ao pesar, ao castigo, à servidão. O ofício, diferenciando-se de Agamben, remete à competência, ao saber, ao saber-fazer, tanto que são contratualmente reconhecidos. Sua vinculação aos sindicatos dos trabalhadores e a *techné* que é própria de cada um é aqui evidente. Porém, em seguida, afirma que nem todo ofício é profissão.

Derrida começa a fala da profissão em sentido religioso, como o ato de tomar os votos de uma determinada ordem. E termina considerando a profissão como uma profissão de fé,

como uma responsabilidade livremente declarada, como um compromisso:

Professor é dar uma prova comprometendo nossa responsabilidade. “Fazer profissão de” é declarar em voz alta o que se é, o que se acredita, o que se quer ser [...]. Professor é comprometer-se declarando-se, brindando-se como, prometendo ser isso ou aquilo. Não é necessário nem somente ser isso ou aquilo, nem sequer ser um expert competente, mas prometer sê-lo, comprometer-se com isso dando a sua palavra. “Philosophiam profiter” é professar a filosofia: não simplesmente ser filósofo, praticar ou ensinar a filosofia de forma pertinente, mas se comprometer, mediante promessa pública, a consagrar-se publicamente, a entregar-se à filosofia, a dar testemunho, inclusive brigar por ela.

O professor seria o que se compromete com, ou se entrega a, ou se faz responsável com a universidade. E o que, enquanto universitário, declara sua profissão de fé no saber e na verdade (e no questionamento público do saber e da verdade) sem condições.

Está claro que tanto o ofício, tal como define de Agamben, como a profissão, tal como a define Derrida, tornam-se problemáticos em nossos tempos de mercantilização de quase tudo em que a universidade é constituída e administrada como uma empresa, orientada à produtividade.

Se prefiro falar do ofício e não de profissão é porque a palavra “profissão” está contaminada pela ideologia do profissionalismo

e da profissionalização. É aí, nas profissões profissionalizadas, que se deslocaram das competências, das capacidades, dos saberes técnicos e dos modos do fazer mais sofisticado e bem feito.

Por outra parte, o ofício ainda que remeta a uma artesanaria: à materialidade do trabalho, à tradição em que se escreve, à pegada subjetiva do artesão que o realiza, a sua presença corporal, remete também a esse velho jeito de fazer as coisas bem. Como escreveu Richard Sennet em *“O artífice”*: *“o artesanato designa um impulso humano duradouro e básico, o desejo de realizar bem uma tarefa, nada mais”*. E remete à maestria, ao ser professor, às maneiras de fazer encarnadas no conhecimento sensível dos materiais, no uso conveniente dos artefatos, na precisão dos gestos, na adequação do vocabulário que nomeia tudo isso. A obra do artesão, seu ofício, mostra sua maestria, ou seja, ao saber incorporado, encarnado em seu mesmo corpo. E isso da artesanaria, do modo artesão de encarar o ofício, se converteu em algo já anacrônico e obsoleto numa época em que a universidade concebe seu próprio funcionamento ao modo industrial ou pós-industrial.

Além disso, a palavra “ofício” remete à humildade das tarefas domésticas de cada dia. Algo de que os professores não gostam de falar ou, hoje em dia, nem sequer sabem falar. Em seu último curso no Collège de France, em 1979-1980, que se chamou *A preparação do romance*, Roland Barthes dizia não chatear-se nunca *“quando as pessoas falam de seu ofício, qualquer que seja”* e fala do ofício como exercício de um *“ínfimo cotidiano”* que forma uma técnica, uma estratégia ou uma ética.

Voltando à bibliografia, digamos que me reconheço nisso da indistinção entre o que se faz e o que se é; nisso de que o ofício de professor não tem nada a ver com competências, com técnicas didáticas ou com resultados mas com ser “de verdade” (seja isso o que seja); o que incorpora uma série de hábitos que constroem um ethos, um costume, um modo de ser e de atuar, um modo de viver; nisso de que o ofício deve ser exercido com devoção, entregando-se a ele, respeitando-o, e sem qualquer sentimento de opressão sobre nossa natureza em função do nosso dever; isso que implica compromissos e, às vezes, lutas; nisso de que o ofício de professor implica questionar tudo; e, sobretudo, fugindo de toda solenidade e de toda grandiloquência; reconheço-me também no que o ofício tem de íntimo e de cotidiano, de algo que se faz a cada dia (e não em momentos especiais) e de um modo sempre menor, com gestos mínimos, modestos, quase desapercebidos, sem espetáculos nem artifícios.

Profissionalismo

Karen.

É difícil saber exatamente o que queres abordar aqui, mas num dado momento falaste que o próprio discurso de profissionalização na graduação ia de encontro com a ideia de universidade e de escola. Esta afirmação é bastante contundente, pois a universidade, dizem, é um dos lugares onde se aprende uma profissão. Poderias, para começar, tomar essa palavra a partir desta afirmação.

Jorge.

A definição dos estudos de educação social como “grau profissionalizante” supõe que toda a formação dos educadores está baseada na assim chamada “empregabilidade”. E isso, nos tempos atuais, supõe o arrasamento de todas as disciplinas que tenham a ver com o estudo, com a reflexão e com isso que aqui estamos chamando de “pensamento”. Como com outras não-palavras, nada tenho contra a profissão, contra a universidade como um lugar em que se aprende uma profissão, mas contra a ideologia do profissionalismo. E essa ideologia, nessa época, é a da empregabilidade e da auto-empregabilidade, isso que hoje se chama empreendedorismo. Daí que é preciso formar empregados flexíveis (o ambiente profissional, se diz, muda constantemente e por isso é um atraso adquirir habilidades para uma atividade particular). Acima de tudo, que sejam inventivos e inovadores (uma das coisas que se repete a meus alunos é que eles já não se integram em um trabalho, mas eles terão de criá-lo e inventá-lo). Então já não é preciso aprender nada, mas aprender a aprender, ou seja, adaptar-se a circunstâncias cambiantes e maneiras de produzir inovações. É preciso se converter em um competidor eficaz no jogo sempre móvel do que chamam de “ambientes de trabalho”, e para isso não é preciso saber demais nem ter muita disciplina. O paradoxo é que o propósito da graduação é formar profissionais e, ao mesmo tempo, já não existe mais tal coisa como uma profissão definida e articulada (daí os moços? e moças??? tenham que se converter em profissionais de nada e de qualquer coisa, ou seja, como reféns permanentes de uma formação profissional que nunca

acaba porque, de fato, não há nenhuma entidade, não se funda em tradições nem em convenções, nem em nada que possa ser estável e mais ou menos determinado, e, portanto, é uma “educação para toda a vida”).

Nesse contexto, as disciplinas (como as que eu ensino) que ainda que se chamam “teóricas” e que tendem a estar nos primeiros anos da graduação, não têm outra função que revestir essa “formação em nada” com coisas que se chamam “capacidade reflexiva”, “competência crítica” e coisas parecidas, e que não são outra coisa que um certo adestramento em noções básicas e superficiais de sociologia, psicologia social, antropologia cultural, etc. Os velhos professores dizem que, além dos aspectos mais profissionais, a universidade também tem a ver com a “formação da pessoa”. Essa linguagem, porém, já é obsoleta, porque isso de formação da pessoa (seja o que isso for) não se pode formular em termos de competência. Do que se trata agora é de certo adestramento linguístico no que é chamado o “blábláblá” dos especialistas, isso é, alguma coisa que lhes permita, em definitivo, “falar sobre nada” ou sobre qualquer coisa, ou seja, vocalizar um discurso minimamente coerente, e nunca além do periodístico, sobre qualquer tema dos que vão configurando a atualidade (os abusos, o multiculturalismo, a exclusão, as novas tecnologias, as emoções, os valores... essas coisas que, naturalmente, também mudam constantemente).

E não é que eu pense que uma faculdade de educação tenha que formar filósofos da educação ou que tenha que entreter os moços? e as moças? em disciplinas puramente “teóricas” (darei de passagem que gostaria de ver se somos mesmo capazes de

problematizar um pouco isso de teoria e prática). O que defendo é que a universidade não só ensina uma profissão, mas também a põe distante. E isso é o estudo. Não é o mesmo aprender como ganhar mais dinheiro e pagar menos impostos e estudar economia; não é o mesmo aprender a fazer casas e estudar arquitetura; não é o mesmo aprender os sintomas da gripe e estudar medicina; não é o mesmo aprender a redigir um processo e estudar direito; não é o mesmo aprender a elaborar uma programação docente e estudar educação; não é o mesmo aprender a dançar e estudar dança. É desse ponto de vista que sustento que minha responsabilidade não é com os alunos como futuros profissionais, mas, sobretudo, como estudantes, ou, dito de outro modo, que minha obrigação é convertê-los em estudantes. Uma obrigação, desde logo, impossível e fadada ao fracasso. Por isso digo a vocês que meu trabalho consiste em tentar produzir estudantes e fracassar nisso.

Karen.

Por outro lado, o discurso de profissionalização parece ter sempre feito parte da discussão sobre a função da escola. Tanto por parte de seus críticos, ao afirmarem que *“há uma escola para os trabalhadores e outra para a elite!”* quanto por parte dos detentores do capital, dos agenciadores de mão de obra para o mercado de trabalho. É também interessante notar que há falas que, complexamente, convergem, como, por exemplo, aquela segundo a qual os alunos devem ser preparados para o vestibular ou para o mercado de trabalho, tanto como um agenciamento (do

capital) quanto como uma forma de emancipação (críticos ao capital).

No Brasil, foi aprovada, no início de 2017, uma reforma do Ensino Médio (mais uma). Os defensores da reforma dizem que o estudante finalmente “escolhe” o seu itinerário formativo (há um profissionalizante e outros preparatórios por áreas de conhecimento), e os detratores dizem que voltamos à velha divisão entre a formação de uma classe trabalhadora alienada dos estudos humanistas ou generalistas. Temos uma eficiente divisão de classes sociais consolidada na escola.

Ao mesmo tempo, estes movimentos parecem ser mais cíclicos que apocalípticos. Numa enquete com vários especialistas em educação sobre a reforma do Ensino Médio brasileiro, gravada num evento em Portugal, em 2016, você diz que tal reforma, por seu caráter profissionalizante e setorializado, encaminha a escola para o seu fim. Falar de profissionalização na escola é decretar o seu fim?

Jorge.

O que quero dizer é que é preciso tratar a escola como forma (como *scholè* e o estudo, como diz Rancière, como uma forma de separação de tempos, espaços e atividades) e não como função (seja essa definida como relação com o mundo do trabalho ou com outro qualquer modo: função política, função cultural, função social, etc.). Teria que ser repetido, como um mantra, o “manifesto” que centrava essa exposição que chamamos “desenhar a escola” e que apresentamos no *Elogio da escola*: a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não

é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função, a escola não é uma função... o professor não se valoriza por seu funcionamento, se funciona ou não.